



ACTUS
Advogados Associados

fls. 1

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA _ VARA CÍVEL DA
COMARCA DE FARIAS BRITO- CE.**

| |
|---------------------------------------------------------------------------|
| AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA DPVAT |
| PROMOVENTE: FRANCISCO FELIPE DA SILVA JUNIOR |
| PROMOVIDO: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A |

FRANCISCO FELIPE DA SILVA JUNIOR, brasileiro, casado, moto taxista, inscrito no RG nº 2005029158500 SSP/CE e do CPF nº 052.315.263-98, residente e domiciliado na Rua Antônio Fernandes de Lima, nº 552, Bairro Centro, Farias Brito-CE, CEP 63185-000, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por intermédio dos seus advogados infra-assinados devidamente qualificado no instrumento procuratório anexo, com fulcro no art. 318 e seguintes do Código de Processo Civil, promover a presente **AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA DPVAT** com arrimo na Lei 8.441/92, que dá nova redação à Lei Federal nº 6.194/74, e nos demais dispositivos legais aplicáveis à espécie, em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, inscrita no CNPJ nº 09.248.608/0001-04, situada à Rua da Assembleia, nº 100, 16º Andar – Centro – Rio de Janeiro-RJ, CEP 20011-000, pelos razões de fato e direito a seguir delineadas:



1 - PRELIMINARMENTE

1.1 - NOTIFICAÇÕES E INTIMAÇÕES:

Preliminarmente, requer a Vossa Excelência que todas as intimações e notificações atinentes ao presente feito sejam dirigidas ao **Dr. Thomaz Antônio Nogueira Barbosa (OAB/CE 20.787)**, sob pena de nulidade processual (art. 272, §2º do CPC¹).

1.2 - DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA:

Inicialmente, com apoio nas disposições dos artigos 98² e 99³ do Código de Processo Civil, pede-se os benefícios da Gratuidade da Justiça, por declarar-se pobre na forma da lei, não podendo destarte arcar com as despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio e dos seus.

1.3 – DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO:

Atendendo ao disposto no artigo 319, inciso VII do CPC⁴, o Requerente **informa que não possui interesse na realização de audiência de conciliação ou mediação.**

1.4 - DO PRAZO PRESCRICIONAL:

A fim de evitar qualquer imbróglio, a parte autora vem afastar qualquer alegação de prescrição da ação que possa ser apresentada pela parte promovida.

¹ “Art. 272. Quando não realizadas por meio eletrônico, consideram-se feitas as intimações pela publicação dos atos no órgão oficial. § 2º Sob pena de nulidade, é indispensável que da publicação constem os nomes das partes e de seus advogados, com o respectivo número de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, ou, se assim requerido, da sociedade de advogados.”

² “Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei. § 1º A gratuidade da justiça compreende: I - as taxas ou as custas judiciais;”

³ “Art. 99. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso. [...] § 4º A assistência do requerente por advogado particular não impede a concessão de gratuidade da justiça.”

⁴ “Art. 319. A petição inicial indicará: VII - a opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação.”



De acordo com o Enunciado Sumular nº 405 do Superior Tribunal de Justiça “*A ação de cobrança do seguro obrigatório (DPVAT) prescreve em três anos*”, cujo termo inicial, em regra, é a ciência da incapacidade, conforme Súmula 278 do STJ⁵.

Entretanto, ocorrendo pagamento parcial ainda em via administrativa, é entendimento unânime nos tribunais pátrios que o prazo prescricional é interrompido, iniciando-se a contagem de um novo prazo trienal a partir de tal momento. Vejamos Acórdão Repetitivo prolatado pelo Superior Tribunal de Justiça.

RECURSO ESPECIAL. REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. COMPLEMENTAÇÃO DE VALOR. PRESCRIÇÃO. PRAZO TRIENAL. SÚMULA Nº 405/STJ. TERMO INICIAL. PAGAMENTO PARCIAL. 1. A pretensão de cobrança e a pretensão a diferenças de valores do seguro obrigatório (DPVAT) prescrevem em três anos, sendo o termo inicial, no último caso, o pagamento administrativo considerado a menor. 2. Recurso especial provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução/STJ nº 8/2008.⁶

Portanto, resta evidente que, *in casu*, não houve prescrição quanto ao direito do requerente, haja vista que entre o termo inicial e o termo final não transcorreu lapso temporal superior a três anos.

2 - DOS FATOS:

2.1 - DO ACIDENTE:

Em 30 de março de 2019, o promovente foi vitimado por um acidente automobilístico por volta das 11:38 horas na cidade de Farias Brito/CE, sendo em razão disso lavrado **Boletim de Ocorrência nº 450-369/2019**, cuja cópia segue acostada à documentação.

O autor conduzia sua motocicleta modelo Honda/CG 160 FAN de placa POP3019 quando uma outra motocicleta avançou a preferencial e para não colidir com outro veículo, acionou os freios, caindo ao solo, sofrendo **lesão gravíssima** como resultado do incidente mencionado.

⁵ Súmula 278 STJ. “O termo inicial do prazo prescricional, na ação de indenização, é a data em que o segurado teve ciência inequívoca da incapacidade laboral.”

⁶ STJ - REsp 1418347 / MG – 2ª Seção – Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva – j. 08.04.2015



2.2 – DAS SEQUELAS DO ACIDENTE:

O promovente foi socorrido para o Hospital Municipal de Farias Brito, em seguida foi transferido para o Hospital São Raimundo, na cidade de Crato-CE, onde foi constada a presença escoriações por todo o corpo, bem como, uma **fratura do osso da perna esquerda**, que resultaram na **incapacidade permanente deste membro**, como será descrito logo a seguir.

O autor necessitou de cuidados emergenciais e hospitalares, somente veio a receber alta definitiva em 09 de abril de 2019. Para suplantar as mazelas que o acometeram, o requerente precisou ser submetido, **a procedimento cirúrgico para o tratamento cirúrgico de fratura do osso da perna esquerda no dia 08 de abril de 2019.**

Ora, Excelência, mesmo após o termino do tratamento o promovente ainda apresenta limitação de movimentação e dores na região atingida, de modo que, tornou-se **incapaz para trabalhar com o membro lesionado e também causou a limitação de dos movimentos da perna esquerda.**

Pois bem, como se vê, Excelência, o postulante não possuía defeito físico ou doença pré-existente, contudo, como consequência do acidente mencionado lhe sobrevieram amargas sequelas, notadamente marcadas por **limitação dos movimentos da perna fraturada, prejudicando o desempenhar de suas atividades quotidianas.**

2.3 – DO SEGURO:

Assim sendo, na forma do artigo 3º da lei 6.194/74, o promovente deu entrada no pedido de liberação do seguro DPVAT, requerendo a cobertura pela existência de INVALIDEZ do membro acometido pelo infortúnio.

Ainda em via administrativa, a **seguradora negou o pedido de indenização do seguro DPVAT**, correspondente ao seguro de invalidez, conforme extrato que segue anexo.

Todavia, o suplicante ciente dos direitos que lhe cabe, vem perante esse juízo, esperando ser devida e completamente indenizado, na forma do Art. 3º, inciso II, da Lei



nº 6.194/74⁷, com redação dada pela Lei nº 11.482/2007, dispositivo que fixa a referida indenização no valor de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Assim sendo, como lhe foi negada em via administrativa a qualquer valor referente a indenização, **resta à parte suplicante recorrer ao judiciário, para que seja devidamente pago a título indenizatório/reparatório o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).**

2.4 – DA NECESSIDADE DE PERÍCIA TÉCNICA À SOLUÇÃO DA LIDE:

A realização de perícia judicial é indispensável à solução das demandas referentes ao Seguro DPVAT, haja vista que somente o laudo do *expert* é capaz de delimitar a extensão do dano sofrido e a justa indenização para tanto.

Desta feita, de pronto, requer a parte demandante a **designação da perícia tão logo seja apresentada a Contestação**, para que, em tal oportunidade, seja devidamente constatada a proporção de incapacidade ocasionada pelo incidente, de modo que, sejam satisfeitos os critérios necessários ao arbitramento proporcional do seguro ora pleiteado, conforme expressa dicção legal artigos 464, *caput*⁸ e 465, *caput*⁹, ambos do CPC.

Corroborando a necessidade de realização de perícia no caso em tablado temos recentíssimo acórdão prolatado pela Egrégia Corte Julgadora do Estado do Ceará:

APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSUAL CIVIL. DIREITO INTERTEMPORAL. SENTENÇA E RECURSO ALINHADOS ÀS DISPOSIÇÕES DO CPC/1973. INCIDÊNCIA DO ART. 14 DO CPC/15. seguros. INDENIZAÇÃO. DPVAT. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. APELO CONHECIDO. SENTENÇA CASSADA EX OFFICIO. Ação de cobrança de complementação de seguro DPVAT na qual o autor/apelante alega que a indenização recebida na via administrativa foi aquém do que está previsto para a sua incapacidade. Documentos carreados aos autos não permitem avaliação do dano sofrido pelo recorrente. **Imprescindível a realização de perícia para que o laudo avalie com precisão a sequela que atinge o recorrente.** 4. Recurso conhecido. Sentença anulada ex officio.¹⁰ (Grifo nosso)

⁷ “Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada: II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;”

⁸ “Art. 464. A prova pericial consiste em exame, vistoria ou avaliação.”

⁹ “Art. 465. O juiz nomeará perito especializado no objeto da perícia e fixará de imediato o prazo para a entrega do laudo.”

¹⁰ TJCE - AC 0140269-93.2013.8.06.0001 – 4ª Câmara de Direito Privado – Rel. Des. Maria Gladys Lima Vieira - j. 06.11.2018



3 - DO DIREITO:

O art. 3º da lei nº. 6.194/74 estabelece que os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar. Vejamos:

Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:
I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;
II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;
III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Desse modo, tem-se que a necessidade de pagamento de indenização securitária está pautada em uma proporcionalidade entre o que DEVE ser recebido e o do dano sofrido pelo Autor.

Os documentos carreados a esta peça vestibular provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, fazendo jus à parte suplicante ao recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

Art. 5º. **O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente**, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifo nosso)

Portanto, demonstrado o nexo causal existente entre o acidente automobilístico e a lesão de caráter permanente na vítima, impõe-se o dever de indenizar.

Assinala-se, Excelência, que o autor não recebeu qualquer valor, para ampará-lo. Diante de tudo o que sofreu o autor e que vem sofrendo, pois ainda sofre de dores e limitações, a gradação correta, ou seja, a gradação na forma como estabelece o I, §1º, art. 3º da Lei 6.194/74, é o mais justo ao seu caso.

Sendo assim, o Boletim de Ocorrência e os documentos médicos anexos, suprem a prova necessária para demonstrar o nexo entre o acidente e as sequelas daí decorrentes.



Demonstrando assim, o direito do Promovente de receber a devida complementação do seguro obrigatório DPVAT.

Certo é que uma indenização nunca trará de volta à vida que o autor tinha, mas é verdadeiro instrumento de auxílio em suas necessidades, que nesse momento se faz tão necessária. Ora, é justamente esta a finalidade do seguro: amenizar os danos acarretados pela ocorrência de sinistro!

O Seguro Obrigatório DPVAT, por seu turno, visa amenizar as despesas financeiras que o vitimado irá dispendar; que, em um caso de invalidez permanente, nunca cessação.

Posto isto, é de louvável apreciação, Douto Julgador, a completa observância do direito da parte demandante a receber indenização em razão do evento danoso, totalizando um valor de até R\$ 13.500,00, o qual será apurado mais detidamente com a perícia judicial.

Portanto, o promovente faz *jus* a ter seu seguro tabelado na forma prevista no inciso I, §1º, art. 3º da Lei do Seguro DPVAT, haja vista a perda da função do membro, devendo ser reduzido o valor já recebido, acrescentado de correção monetária e juros de mora a contar da citação.

DIREITO PROCESSUAL. APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DA SEGURADORA. REJEIÇÃO. ENTENDIMENTO PACIFICADO NAS CORTES SUPERIORES. NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A INVALIDEZ SUPORTADA E O ACIDENTE DE TRANSITO. BOLETIM DE OCORRÊNCIA CORROBORADO PELOS ELEMENTOS DE PROVAS COLIGIDOS. LAUDO PERICIAL JUDICIAL QUE ATESTOU A INCAPACIDADE PARCIAL E DEFINITIVA NO "MEMBRO SUPERIOR DIREITO, DE NATUREZA MÉDIA. COMPLEMENTAÇÃO SECURITÁRIA DEVIDA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS INALTERADOS. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO PARCIAL CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. A preliminar de ilegitimidade passiva arguida pela seguradora ré não merece maiores digressões, isso porque a matéria em discussão se encontra por demais pacificada nas Cortes Superiores, no sentido de que o art. 7º, da Lei nº. 6.194/74 (com a redação dada pela Lei nº. 8.441/92) autoriza de maneira expressa o pagamento da indenização decorrente de acidente causado por veículo automotor de via terrestre por qualquer seguradora que integre o consórcio objeto do mencionado diploma legal. 2. No boletim de ocorrência (fl. 15) consta que a recorrida sofreu acidente automobilístico, que lhe resultou "fratura na clavícula direita", o que foi corroborado pelo laudo técnico de justificativa de internação (fl. 19), registro de atendimento emergencial (fls. 35/36) e laudo de especialista em traumatologia/ortopedia (fl.37). Outrossim, o laudo pericial judicial realizado (fls. 142/143) confirmou as lesões sofridas pela autora, inclusive, correlacionado o percentual ao dano alegado. 3. Demais disso, não havendo a seguradora ré comprovado a existência de fato impeditivo, extintivo ou modificativo do direito do autor, entendendo que restou evidenciado que o autor foi vítima de acidente de trânsito que lhe resultou perda parcial e permanente no membro superior direito, de intensidade média, no percentual de 50%, estando, portanto, caracterizado o nexo de causalidade. 4. Registre-se, por oportuno, que a recorrente pagou administrativamente a indenização questionada, ainda que parcial, o que evidencia que a própria seguradora reconheceu a presença do nexo de causalidade entre o sinistro e as lesões suportadas pela autora. Destarte, resta configurado o venite contra factum proprium a alegação da apelante de ausência de nexo causal, o que não é admitido pela jurisprudência pátria. 5. Com efeito, faz jus o recorrido ao recebimento de R\$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais), deduzindo a quantia de R\$ 1.687,50 (um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), recebida na via administrativa (fl. 38), totalizando o montante de R\$ 3.037,50 (três mil e trinta e sete reais



e cinquenta centavos), como consignado na sentença recorrida. 6. Sentença mantida. 8. Apelação Cível parcialmente conhecida e desprovida.¹¹

5– DOS PEDIDOS:

Destarte, ante o exposto, REQUER:

- a) A concessão da gratuidade da justiça em razão da declaração que segue em anexo e conforme expressa disposição legal (arts. 98, *caput* e §1º, I e 105, *caput*, ambos do CPC);
- b) Que todas as intimações e notificações atinentes ao presente feito sejam dirigidas ao **Dr. Thomaz Antônio Nogueira Barbosa (OAB/CE 20.787)**, sob pena de nulidade processual (art. 272, §2º do CPC), bem como, que os eventuais alvarás sejam expedidos em nome de **Thomaz Antônio Nogueira Barbosa (OAB/CE 20.787)**;
- c) A não realização da audiência conciliatória, com a consequente cientificação do prazo de 15 dias para apresentar Contestação, à contar da juntada do aviso de recebimento aos presentes autos (art. 231, I c/c art. 334, §4º, I, ambos do CPC), sob pena de revelia e consequente presunção de veracidade dos fatos articulados na presente peça, haja vista a robusta prova documental acostada.
- d) A designação, tão logo seja apresentada a contestação, da perícia judicial. (arts. 464 e 465 do CPC);
- e) A PROCEDÊNCIA da presente ação, com a condenação da requerida ao pagamento da diferença da indenização do seguro obrigatório DPVAT no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) com juros de 1% a.m. contados desde a data do acidente, conforme Súmula 54 do STJ e atualizados à data da efetiva liquidação, com fulcro no artigo 3º, II da Lei 6.194/74;
- f) A condenação da Requerida nas custas processuais (art. 84 do CPC), bem como nos honorários advocatícios no valor de 20% da condenação, do proveito

¹¹ TJCE – AC 0883690-58.2014.8.06.0001 – 2ª Câmara de Direito Privado – Rel. Des. Francisco Gomes de Moura – j. 07.11.2018



ACTUS
Advogados Associados

fls. 9

econômico pretendido ou, em não sendo possível mensurá-lo, do valor atualizado da causa (art. 85, *caput* e §2º do CPC);

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, sem exceção de nenhuma, especialmente pelos documentos que instruem esta Inicial.

Dá-se a esta causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

Barbalha-CE, 18 de setembro de 2019.

THOMAZ ANTÔNIO NOGUEIRA BARBOSA
OAB/CE 20.787

ANTÔNIO ALLAN LEITE SARAIVA
OAB/CE 23.502

RIVÂNIA ALVES SANTOS
OAB/CE 39.114

RANYELLE SILVA MACIEL
ESTAGIÁRIA DE DIREITO



ACTUS
Advogados Associados

"PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

OUTORGANTE:

Francisco Felipe da Silva Junior, brasileiro, casado, metataxista, residente no RG nº 9005029158500 SSP/CE, do CPF nº 052.315.263-98, residente e domiciliado na Rua Antônio Fernandes de Lima, nº 552, bairro Centro, Farias Brito - CE, CEP 63.185-000.

OUTORGADO: THOMAZ ANTÔNIO NOGUEIRA BARBOSA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/CE sob o nº 20.787 e/ou ANTONIO ALLAN LEITE SARAIVA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/CE sob o nº 23.502, ANDEISE SILVA FARIAS NOGUEIRA, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/CE sob o nº 35.332, INGRID COSTA CARDOSO, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/CE 39.417, RIVANIA ALVES SANTOS, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/CE sob o nº 39.114 e MAURO NUNES CORDEIRO FILHO, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/CE sob o nº 31.221, ambos com escritório situado à Rua Zuca Sampaio nº 649, Santo Antônio, Barbalha/CE onde recebe intimações e avisos.

PODERES: O(A) outorgante concede os mais amplos, gerais, especiais e ilimitados poderes, para representá-lo(a) junto ao foro em geral, conforme o artigo 105 do CPC, bem como os poderes da cláusula "ad judicium et extra", em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo(os/as) nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando dos recursos legais, acompanhando-o(a) e promovendo quaisquer medidas preliminares, previstas ou assecuratórias dos seus direitos e interesses; conferindo-lhe, também, poderes especiais para transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação e/ou procedimento, requerer gratuidade da justiça, receber e dar quitação, firmar compromisso, perante qualquer juízo, instância ou tribunal, propor execução, requerer insolvência, rescisória, embargos, agravos, agindo em conjunto ou separadamente, podendo, ainda, representar junto às instituições financeiras e repartições públicas federais, estaduais e municipais; empresas públicas, autárquicas, sociedades de economia mista, pessoas jurídicas de direito público/privado ou pessoas físicas em geral, representar o(a) outorgante perante o INSS de qualquer município da federação, podendo substabelecer (em conjunto ou isoladamente), com ou sem reserva de poderes, o presente mandato, dando tudo por bom, firme e valioso, enfim, poderá o(s) procurador(es), praticar(em), alegar(em), promover(em) e assinar(em) todos os atos necessários ao bom e fiel cumprimento do presente mandato.

DECLARA o(a) outorgante, nos termos da Lei nº 13.105/15, Arts. 98 e 99 de que não possui recursos suficientes para arcar com as despesas do processo em afetar diretamente o seu próprio sustento e de sua família.

Barbalha / CE, 12 de setembro de 2019

Francisco Felipe da Silva Junior

Rua Zuca Sampaio, 649, Santo Antônio, Barbalha/CE – CEP: 63.180-000

Tel.: (88) 3532-1853

| REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL | | MINISTÉRIO DAS CIDADANIAS | | DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO | | CARTILHA NACIONAL DE HABILITACAO | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|---------------------------|--|-----------------------------------|--|----------------------------------|--|
| <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);"> VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 1497249353 </div> <div> <div style="display: flex; align-items: center;"> <div style="margin-left: 10px;"> <p>NOME FRANCISCO FELIPE DA SILVA JUNIOR</p> <p>DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF 2005029158500 SSP CE</p> <p>CPF 052.315.263-98</p> <p>DATA NASCIMENTO 16/11/1990</p> <p>FILIAÇÃO FRANCISCO FELIPE DA SILVA MARIA JUDICELIA RODRIGUES FELIPE</p> <p>PERMISSÃO ACC CELHAB AB</p> <p>Nº REGISTRO 05120171203</p> <p>VALIDADE 17/10/2022</p> <p>1ª HABILITAÇÃO 11/01/2011</p> </div> </div> </div> </div> | | | | | | | |
| <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);"> PROIBIDO PLASTIFICAR 1497249353 </div> <div> <p>OBSERVAÇÕES</p> <p>EAR;</p> <p><i>Francisco Felipe da Silva Junior</i> ASSINATURA DO PORTADOR</p> <p>LOCAL FARIAS BRITO, CE</p> <p>DATA EMISSÃO 21/12/2017</p> <p><i>[Assinatura]</i> 51585198120 CE161806902</p> <p>CEARÁ</p> </div> </div> | | | | | | | |

Nº do Cliente: 7215279 07/2019 V: [1.0.0.3]
15/07/2019 Referência: 0.00

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - CE Nº 014059322950
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA: 01 COD. RENAVAL: 1170717753 RNTTC: 0000000000 EXERCÍCIO: 2018

NOME: FRANCISCO FELIPE DA SILVA JUNIOR

FARIAS BRITO/CE

CPF/CNPJ: 05231526398 PLACA: POP3019

PLACA ANT/UF: CHASSI: 9C2KC2200KR007402

ESPECIE TIPO: PAS/MOTOCICLO/NAO APLIC. COMBUSTIVEL: GASOL/ALCO

MARCA/MODELO: HONDA/CG 160 FAN ANO FAB: 2018 ANO MOD: 2019

CAR/POT/CIL: 2P/0CV/162CC CATEGORIA: ALUGUEL COR PREDOMINANTE: AMARELO

COTA UNICA: VENC. COTA UNICA: 1º 2º 3º

FAIXA I PVA: PARCELAMENTO/COTAS: 1º 2º 3º

PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$): IOF (R\$): PRÊMIO TOTAL (R\$): DATA DE PAGAMENTO: 00/00/0000

SEGURO OBRIGATORIO

OBSERVAÇÕES: VEICULO ADESIVADO

LOCAL: DATA: 12/11/2018

FARIAS BRITO

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS-PESSOAS CAUSADOS POR VEICULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE OU POR SUA CARGA, A PESSOAS TRANSPORTADAS OU NAO, SEGURO DPVAT

CE Nº 014059322950 BILHETE DE SEGURO DPVAT

2018

05231526398 POP3019

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

www.seguradoralider.com.br
SAC DPVAT 0800 022 1204

014059322950 18030865164

EXERCÍCIO: 2018 DATA EMISSÃO: 12/11/2018

VIA: 01 CPF / CNPJ: 05231526398 PLACA: POP3019

RENAVAL: 1170717753 MARCA / MODELO: HONDA/CG 160 FAN

ANO FAB: 2018 CAT. TAMP: 09 Nº CHASSI: 9C2KC2200KR007402

PRÊMIO TARIFÁRIO

FNS (R\$): DENATRAN (R\$): CUSTO DO SEGURO (R\$):

CUSTO DO BILHETE (R\$): IOF (R\$): TOTAL A SER PAGO SEGURO (R\$):

PAGAMENTO: ☒ COTA ÚNICA ☐ PARCELADO DATA DE QUITAÇÃO: 00/00/0000

SEGUROADORA LIDER DPVAT

PROPRIETÁRIO: LOTE/DOC: MOTOR: KC22E0K007403

CNPJ: 09.248.608/0001-04

18/11/2018

**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

POLÍCIA CIVIL

DELEGACIA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO

Impresso nº 2019532973

**BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 450 - 369 / 2019****Dados da Ocorrência**Natureza do Fato: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**Data / Hora da Comunicação: **05/08/2019 09:56:58**Data / Hora da Ocorrência: **30/03/2019 11:38:00**Endereço da Ocorrência: **RUA TREZE DE MAIO**

Complemento:

Bairro: **CENTRO**Município: **FARIAS BRITO/CE**Ponto de Referência: **PROX AO CEO****Noticiante(s)**Nome: **FRANCISCO FELIPE DA SILVA JÚNIOR**Nascimento: **16/11/1990** CPF: **052.315.263-98**RG: **2005029158500**Orgão Emissor: **SSPDS**UF: **CE**Filiação: **MARIA JUDICÉLIA RODRIGUES FELIPE****FRANCISCO FELIPE DA SILVA**Endereço: **RUA ANTONIO FERNANDES DE LIMA , 552**Bairro: **CENTRO**

CEP:

Município: **FARIAS BRITO/CE**País: **BRASIL**Telefone: **(88) 99922-5263****Dados do(s) Veículo(s)****1) Placa: POP3019 Uf: CE Município: FARIAS BRITO Chassi:****9C2KC2200KR007402 Renavam: 1170717753 Tipo do Veículo:****MOTOCICLETA Marca / Modelo: HONDA/CG 160 FAN Ano Fabricação:****2018 Ano Modelo: 2019 Combustível: GASOLINA/ALCOOL Cor:****AMARELO Proprietário: FRANCISCO FELIPE DA SILVA JÚNIOR****Situação: NÃO INFORMADO Envolvimento: ENVOLVIDO****Histórico**

Afirma o noteciente advertido das penalidades de falso testemunho e denúncia caluniosa que no dia e hora supra estava transitando em sua MOTO HONDA CG 160 FAN DE COR AMARELA E PLACA POP-3018 CHASSI 9C2KC2200KR007402, na Rua Treze de Maio quando ia fazer a curva para pegar a Rua Antonio Liberalino Duarte, outra moto(não sabendo informar as características do veículo) avançou a preferencial, e para não colidir com outro veículo pegou no freio vindo a cair, e a moto caiu em cima da sua PERNA ESQUERDA fraturando os ossos da perna; Que foi socorrido pelo SAMU ao Hospital Municipal de Farias Brito, e em seguida foi transferido para o Hospital São Raimundo em Crato-CE para os procedimentos cabíveis. E nada mais havendo, deu-se por encerrado este boletim de ocorrência.

DELEGACIA DESTINO: DELEGACIA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO**RESPONSÁVEL PELO REGISTRO :****FRANCISCO GILDASIO RODRIGUES - MAT.: 3012216x****RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO:***Francisco Felipe da Silva Júnior*



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO
Impresso nº 2019532973



BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 450 - 369 / 2019

VISTO DO DELEGADO(A) :

SERGIO DA SILVA MAIA JUNIOR - MAT.: 30085213

SINISTRO 3190477846 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA FRANCISCO FELIPE DA SILVA JUNIOR

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO INVESTPREV

Seguradora S/A-Filial Fortaleza - CE

BENEFICIÁRIO FRANCISCO FELIPE DA SILVA JUNIOR

CPF/CNPJ: 05231526398

Posição em 02-09-2019 11:58:40

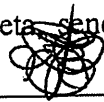
O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi negado, conforme carta enviada para o beneficiário.



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Saúde



CERTIDÃO NARRATIVA

CERTIFICAMOS, em virtude da faculdade que nos é conferida por lei e, tendo em vista requerimento por escrito da parte interessada, que o **SAMU 192 CEARÁ** realizou atendimento pré-hospitalar ao Sr. **FRANCISCO FELIPE DA SILVA JÚNIOR**, portador do RG n.º 2005029158500, SSP-CE, inscrito no CPF n.º 052.315.263-98, no dia 30/03/2019, às 11h38, no Município de Farias Brito-CE, na Rua Treze de Maio, Bairro Centro, próximo ao CEO, vítima de acidente de trânsito, queda de motocicleta, sendo removido para a **HGFB - Hospital Geral de Farias Brito**. E para constar eu,  Eliete Gomes Pereira Loiola, Assessora Técnica, lavrei a presente Certidão, a qual vai datada e assinada por **MARIA DAS GRAÇAS TORRES, ASSESSORA EXECUTIVA**.

Eusébio, 19 de junho de 2019.


Maria das Graças Torrès
ASSESSORIA EXECUTIVA

Nome: Francisco Felipe da Silva Junior Data de Nascimento: 16, 11, 19

Sexo: (F) (M) Estado Civil: _____ Fone: _____

Endereço: Rua Antonio Fernandes de Lima

PSF: _____ ACS: SUS- 702 5023 2731 423

RG: _____ CPF: _____

Queixa Principal: _____

Anamnese e Exame Físico: acidente automobilístico PA: _____

Hoje diminuição do membro, perda de força T: _____

com ou sem vômito. Sem alterações.

Extremidade?

Conduta e Orientações: Dipirona, OITP, 100 12/20

Creminho ao São Raimundo (HSR)

Marcelle Br
M
Cirurgiã

Médico (Assinatura e Carimbo)

DATA ATEND 30/03/2019
PACIENTE FRANCISCO FELIPE DA SILVA JUNIOR Nº ATEND 548324
DATA NASC 16/11/1990 IDADE 28 SEXO MASCULINO
RG 2005029158500 CPF 052.315.263-98
MÃE MARIA JUDICELIA RODRIGUES FELIPE
ENDEREÇO RUA ANTONIO FERNANDES DE LIMA 552 BAIRRO BOA VISTA
CIDADE FARIAS BRITO UF CE CEP 63185000
TELEFONE 1 8899225263 TELEFONE 2 MEDICO DIEGO TEIXEIRA BRITO
PLANO DE SAÚDE BPA SUS MATRICULA 898003238052456 TIPO DE ATEND CONSULTA

PRIORIDADE CLÍNICA URGENCIA MENOR

DADOS DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Início da Classificação: 30/03/2019 14:17
Classificador.....: DIEGO TEIXEIRA BRITO
Porta de Entrada.....: 000008-RECEPCAO URGENCIA
GRUPO DE PERGUNTAS: TOLIFE
QUEIXA: DOR E DEFORMIDADE EM PERNA ESQUERDA.
ORIGEM: FARIAS BRITO
TIPO DE CHEGADA: AMBULANCIA DE FARIAS.
ENCAMINHAMENTO: SIM
P.A.: 120X80MMHG
DOR: SIM
INÍCIO DO EPISÓDIO: FINAL DA MANHA, (SIC)

Término da Classificação:<B046XXXX> 14:18
Coren: 19167

ATENDIMENTO MÉDICO

ANAMNESE

PACIENTE VITIMA DE ACIDENTE DE MOTO COM FRATURA DE OSSOS DA PERNA

HD: FRATURA DE OSSOS DA PERNA

CD: INTERNAÇÃO CLINICA
TALA INGUINOPODALICA

EXAME FÍSICO

EXAMES COMPLEMENTARES

HIPÓTESE DIAGNÓSTICA

CONDUTA

Assinatura e Carimbo do Médico

Ass. Paciente / Responsável



FICHA DE REFERÊNCIA

1. Preencher esta ficha em 3 vias
2. Ao terminar a consulta ou tratamento, entregar 2 vias ao usuário orientando-o para retornar com a 1ª via à unidade de Origem.

Unidade de Origem: **SMS FARIAS BRITO / HOSPITAL GERAL DE FARIAS BRITO**

20º CRES:

Município: **FARIAS BRITO**

Nome: Francisco Felipe da Silva Junior Prontuário Nº _____
Sexo: M ☒ F ☐ Idade: 28 Anos Ocupação: _____
Endereço: Antº Fernando Bairro: _____ Fone: _____

Motivo do Encaminhamento:
Pet vítima de acidente automobilístico. Fratura de tibia e?
Resultado de Exames:

Condução já Realizada:
Dipirona, Omeprazol, IM
Impressão Diagnóstica: Sheyla Martins Alves
Secretária da Saúde
Farias Brito - CE
Assinatura do encaminhante Nº Registro _____ Função _____ Data 30/03/19 Hora _____

AGENDAMENTO

Encaminhamento para Atendimento: Ambulatorial ☐ Hospitalar ☐ Auxílio Diagnóstico ☐
Procedimento: _____ Profissional: Ortopedista
Unidade de Referência: _____ Data 30/03/19 Hora: _____

FICHA DE CONTRA - REFERÊNCIA (*)

Unidade de Referência: _____
Município: _____ Prontuário Nº _____ Alta ____/____/____

Resumo Clínico / Cirúrgico

Resultado de Exames

Diagnóstico: Principal _____ CID: _____
Secundário 1 _____ CID: _____
Secundário 2 _____ CID: _____
Condução Realizada

Proposta de Condução para Seguimento

O problema justificou a referência? Sim ☐ Não ☐ O motivo da referência coincide com o diagnóstico Sim: ☐ Não ☐

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por THOMAZ ANTONIO NOGUEIRA BARBOSA e Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, protocolado em 18/09/2019 às 13:24, sob o número 00050792020198060076. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjce.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0005079-20.2019.8.06.0076 e código 51E2B3A.

Prontuário 50623
Internação 548331

Impresso 30/03/2019 15:51

DADOS DO PACIENTE

Paciente FRANCISCO FELIPE DA SILVA JUNIOR Nasc. 16/11/1990 Idade 28 Sexo M

Matrícula 898003238052456

Responsável FRANCISCO FELIPE DA SILVA

JUNI

Endereço RUA ANTONIO FERNANDES DE LIMA
Cidade FARIAS BRITO
Mãe MARIA JUDICELIA RODRIGUES FELI
CPF 052.315.263-98
Natural CRATO
Profissão MOTO TAXI

Bairro BOA VISTA Cep 63185
Telefone 8899225263 99684028
Pai FRANCISCO FELIPE DA SILVA
RG 2005029158500 CE SSP
Raça PARDO
Est.Civil CASADO

DADOS DE ATENDIMENTO

Médico ITALO BRITO ALENCAR ALVES
Clínica INTERN. CLINICA
Setor POSTO MASCULINO
Acomodação AM02
Leito AM2.01

Data/Hora 30/03/2019 14:58
Convênio SUS INTERNADOS
Caráter URGENCIA
Tipo Acomod ENFERMARIA CLINICA
Atendente VANUZA

RESUMO DE TRATAMENTO

HDA -

*Dor e edema em
Perna*

ANTECEDENTES PESSOAIS

HAS () DM () AVC () ALERGIA A DROGAS ()

EXAME FÍSICO -

SINAIS VITAIS PA = FP = FR = TA =

ACV

FC 102 km 21

AR

MV ⊕

ABDÔMEN

JAHA ⊕

NEUROLÓGICO

Cel. 13.

ECG

AO =

RV =

RM =

PUPLOS

CONDUTA -

DIAGNÓSTICO DEFINITIVO

DIAGNÓSTICO

Frot. Mon. 10/03/19

RESERVADO A RECEPÇÃO

Nº DO UNISUS 131500241385

TRASNF. P/ MÉDICO

ASSINATURA *Mon. 30.03.19*

CONDIÇÕES DE ALTA

ALTA EM

Administrativa
08.04.19

Paciente/Responsável

Médico(a): 13476 ITALO BRITO ALENCAR ALVES

PRESCRIÇÃO : ETRÔNICA DO PACIENTE (DICA)
HOSPITAL SAO RAIMUNDO

fls. 22

Prescrição:133469

I-BeA

Paciente: FRANCISCO FELIPE DA SILVA JUNIOR
Data Solic.:30/03/2019 14:56:52
Data Pr Ini:30/03/2019 15H
Data Atend.:30/03/2019 13:27:47

Sexo: MASCULINO
Convênio: BPA SUS
Data Pr Enc:31/03/2019 15H
Atendimento:548324 (A)

Dt Nasc: 16/11/1990 28A 4M 14D
Prescrição: 133469
Leito:

| Dietas | | |
|--------|--------|-------------|
| Ítem | Código | Descrição |
| 001 | | DIETA LIVRE |

| Medicações | | | | | | | | |
|------------|------|----------------------------------------------------|-------------------|------|-----|-----|------------|------------|
| Ítem | Elem | Descrição | Nome de Segurança | Dose | Uni | Via | Frequência | Qtde Total |
| 002 | 01 | TENOXICAM; 20MG FRASCO-PO | | 1 | FRP | EV | 24/24 | 1 |
| Horários: | 15 | | | | | | | ESTOQ |
| 003 | 01 | DIPIRONA SODICA; 500MG/ML AMPOLA 2ML | | 1 | AMP | EV | 06/06 | 4 |
| Horários: | 15 | 21 | 03 | 09 | | | | ESTOQ |
| 004 | 01 | OMEPRAZOL; 20MG CAPSULA | | 1 | CAP | VO | | 1 |
| | | 1 CP VO CEDO - | | | | | | ESTOQ |
| 005 | 01 | METOCLOPRAMIDA,CLORIDRATO DE; 5MG/ML AMPOLA 2ML IN | | 1 | AMP | | 08/08 | 3 |
| Horários: | | SE NECESSÁRIO. - | | | | | | ESTOQ |

| Cuidados | | | | | | | | |
|----------|--------|-----------------|------|-----|-----|------------|------------|--|
| Ítem | Código | Descrição | Dose | Uni | Via | Frequência | Qtde Total | |
| 006 | | CUIDADOS GERAIS | | | | | 3 | |

Ass. Prestador:
DIEGO TEIXEIRA BRITO (CRM 19167)
Impresso em 30/03/2019 14:57:16 pelo Usuário DIEGO

Dr. Diego Teixeira Brito
Ortopedista / Traumatologista
Cirurgia do Ombro e Cotovelo
CRM-CE 19167 - TEOT 15440

Medicação Administrada Por:
COREN 2293278
Horário 12:00 Data 31/03/19

Medicação Administrada Por:
COREN 2293278
Horário 2:3 Data 31/03/19

FD segun espal,
S/ gesso
e. bol. uniaxial.
Ag. cirurgia

Dr. Raulo Brito Alencar
CRM-CE 2246 - COREN 15440

Dr. Diego Teixeira Brito
Ortopedista / Traumatologista
Cirurgia do Ombro e Cotovelo
CRM-CE 19167 - TEOT 15440

Pag

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por THOMAZ ANTONIO NOGUEIRA BARBOSA e Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, protocolado em 18/09/2019 às 13:24, sob o número 18005079-20.2019.8.06.0076 e código 51E2B3A. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjce.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0005079-20.2019.8.06.0076 e código 51E2B3A.

| | |
|------------|--------|
| Prontuário | 50623 |
| Internação | 549711 |

Impresso 08/04/2019 01:56

DADOS DO PACIENTE

| | | | | | | | |
|----------|----------------------------------|-------|------------|-------|----|------|---|
| Paciente | FRANCISCO FELIPE DA SILVA JUNIOR | Nasc. | 16/11/1990 | Idade | 28 | Sexo | M |
|----------|----------------------------------|-------|------------|-------|----|------|---|

Matrícula 898003238052456

Responsável FRANCISCO FELIPE DA SILVA

JUNI

| | |
|-----------|--------------------------------|
| Endereço | RUA ANTONIO FERNANDES DE LIMA |
| Cidade | FARIAS BRITO |
| Mãe | MARIA JUDICELIA RODRIGUES FELI |
| CPF | 052.315.263-98 |
| Natural | CRATO |
| Profissão | MOTO TAXI |

| | | | |
|-----------|---------------------|----------|--------|
| Bairro | BOA VISTA | Cep | 631850 |
| Telefone | 8899225263 | 99684028 | |
| Pai | FRANCISCO FELIPE DA | SILVA | |
| RG | 2005029158500 | CE | SSP |
| Raça | PARD0 | | |
| Est.Civil | CASADO | | |

DADOS DE ATENDIMENTO

| | |
|------------|--------------------------------|
| Médico | NARCIZO FRANCISCO FERREIRA FLO |
| Clínica | INTERN. CIRURGICA |
| Setor | POSTO MASCULINO |
| Acomodação | AM02 |
| Leito | AM2.01 |

| | |
|-------------|--------------------|
| Data/Hora | 08/04/2019 01:55 |
| Convênio | SUS INTERNADOS |
| Caráter | ELETIVA |
| Tipo Acomod | ENFERMARIA CLINICA |
| Atendente | MARILENE |

RESUMO DE TRATAMENTO

HDA —

ANTECEDENTES PESSOAIS

HAS () DM () AVC () ALERGIA A DROGAS ()

EXAME FÍSICO -

SINAIS VITAIS PA = FP = FR = TA =

ACV                  

AR

ABDÔMEN

NEUROLÓGICO

ECG AO = RV = Data 20 06 19 RM =

PUPTLOS

DIAGNÓSTICO

CONDUTA - Ab. (O. L. S. A. N. 1906) 2/10/06.

DIAGNÓSTICO DEFINITIVO *Exantema súbito*

RESERVADO A RECEPCÃO TRASNF. P/ MÉDICO

ASSTNATURA *M. M. 08.02.19*

ALTA EM 09 106 1 19

C. C. B. A.

Paciente/Responsável Médico(a): 007304 NARCIZO FRANCISCO FERREIRA

Paciente/Responsável: Medico(a): 0007504 NARCIZO FRANCISCO PEREIRA

FUNDAÇÃO LEANDRO BEZERRA DE MENEZES / HOSPITAL SÃO RAIMUNDO

AV. TEODORICO DEELES N 99, CENTRO | CRATO-CE | CEP: 63.100-100
TEL: 088 3523 2600 | www.bsxaimundo.com.br



HOSPITAL
São Raimundo
FUNDAÇÃO LEANDRO BEZERRA

BOLETIM DE CIRURGIA

[illegible]

Hospital São Raimundo - Fundação Leandro Bezerra de Menezes

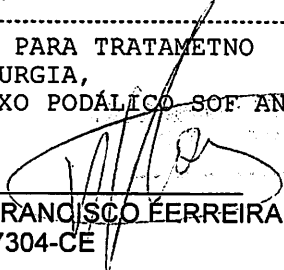
Ficha de Evolução Médica

Paciente: FRANCISCO FELIPE DA SILVA JUNIOR
Convênio: SUS INTERNADOS

Prontuario: 50623
Médico: NARCIZO

Leito: AM2.01 Atend.: 549711
Data/Hora: 08/04/2019 16:27

PACIENTE INTERNADO PARA TRATAMETNO DE FRATURA.
INTERNADO PARA CIRURGIA,
REALIZADO GESSO COXO PODÁLICO SOB ANESTESIA GERAL


Médico(a): NARCIZO FRANCISCO FERREIRA FLORES
CRM:007304-CE

Hospital São Raimundo - Fundação Leandro Bezerra de Menezes

ANOTAÇÕES DE TEC. ENFERMAGEM

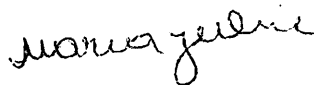
Paciente: FRANCISCO FELIPE DA SILVA JUNIOR
Conv.....: SUS INTERNADOS

Leito: AM2.01
Enfermeiro(a): JULIA

Atend.: 549711
Data/Hora: 08/04/2018 02:00

READMITIDO APOS ALTA ADMINISTRATIVA PARA TRATAMENTO CIRURGICO DE OSSOS DA PERNA,
COM DRº NARCIZO, CONSCIENTE E ORIENTADO PREPARADO AGUARDA PROCEDIMENTO

Tecnico(a): MARIA JULIA SOARES LIMA
COREN:805476-CE



Hospital São Raimundo - Fundação Leandro Bezerra de Menezes**ANOTAÇÕES DE TEC. ENFERMAGEM**

Paciente: FRANCISCO FELIPE DA SILVA JUNIOR
Conv.....: SUS INTERNADOS

Leito: AM2.01 Atend.: 549711
Enfermeiro(a): VALDERLANIA

Data/Hora: 08/04/2019 09:33

MANHÃ

CLIENTE JOVEM EM PRE OPERATORIO, SEGUE EVOLUINDO CALMO, CONSCIENTE, ORIENTADO, RESPIRA EM AR AMBIENTE, VERBALIZA SUAS NECESSIDADES, EM DIETA ZERO, AFEBRIL T:35.4°C, COOPERATIVO, NORMOTENSO PA:120X90mmHg. SEGUE NO LEITO AGUARDANDO PROCEDIMENTO CIRURGICO. VALDERLANIA-1034093.

Maria Valderlania
Técnica em Enfermagem

Valderlania
COREN:1034093

Técnico (a) : MARIA VALDERLANIA NUNES VIANA
COREN:1034093-CE

Hospital São Raimundo - Fundação Leandro Bezerra de Menezes**ANOTAÇÕES DE TEC. ENFERMAGEM**

Paciente: FRANCISCO FELIPE DA SILVA JUNIOR
Conv.....: SUS INTERNADOS

Leito: AM2.01 Atend.: 549711
Enfermeiro(a): MARIARITA

Data/Hora: 08/04/2019 TARDE

ENCAMINHADO AO CC PARA PROCEDIMENTO COM DR NARCIZO, RETORNANDO SOBRE EFEITO ANESTESICO. CONSCIENTE, EM HIDRATAÇÃO VENOSA PERIFERICA, SSVV DENTO DA NORMALIDADE, MEDICADO CPM.

Maria Rita
Técnico (a) : MARIA RITA TELES BELQUIOR
COREN:551295-CE



Hospital São Raimundo - Fundação Leandro Bezerra de Menezes

ANOTAÇÕES DE TEC. ENFERMAGEM

Paciente: FRANCISCO FELIPE DA SILVA JUNIOR
Conv.....: SUS INTERNADOS

Leito: AM2.01
Enfermeiro(a): DLUCAS

Atend.: 549711
Data/Hora: 08/04/2019 20:45

NOITE:

PACIENTE ADULTO, EM P.O.I, SEGUE COM E.G BOM, CONSCIENTE E ORIENTADO, RESPIRA EM AR AMBIENTE, ACEITA DIETA V.O, MANTEM VENÓCLISE PARA SOROTERAPIA + TERAPIA MEDICAMENTOSA, MEDICADO CONFORME PRESCRIÇÃO MÉDICA, SEM QUEIXAS NO PERÍODO, AFERIDO SSVV ESTAVEIS, PELE ÍNTEGRA NORMAL E SEGUE EM CUIDADOS DA EQUIPE.

Técnico(a): FRANCISCO DLUCAS FERREIRA DE SANTANA
COREN:1206287-CE



Francisco D. Lucas
TÉCNICO DE ENFERMAGEM
COREN: 1206287

Hospital São Raimundo - Fundação Leandro Bezerra de Menezes

ANOTAÇÕES DE TEC. ENFERMAGEM

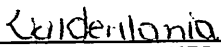
Paciente: FRANCISCO FELIPE DA SILVA JUNIOR
Conv.....: SUS INTERNADOS

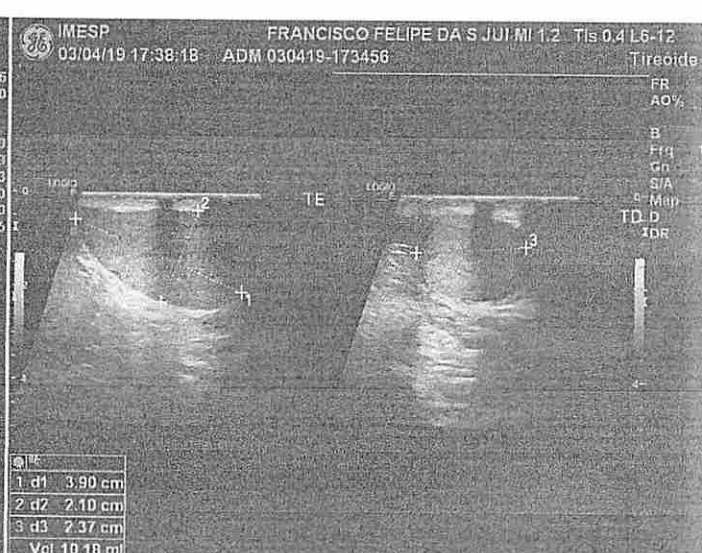
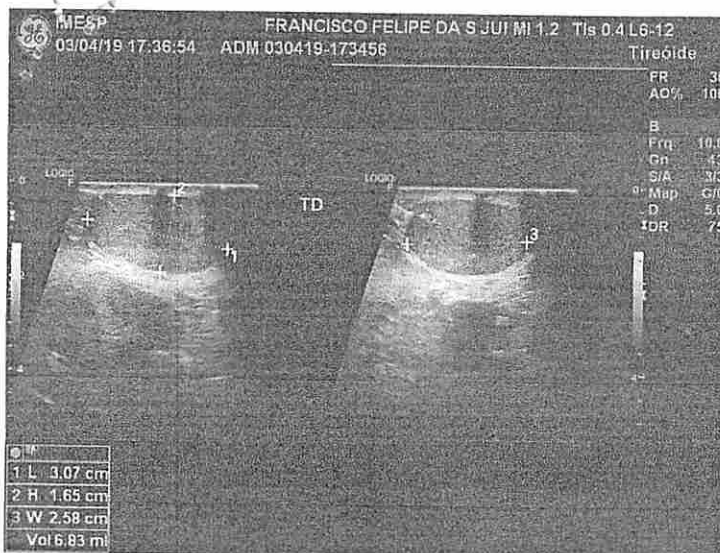
Leito: AM2.01
Enfermeiro(a): VALDERLANIA

Atend.: 549711
Data/Hora: 09/04/2019 09:38

MANHÃ

CLIENTE EM 1º DIA DE POS OPERATORIO, APOS VISITA MEDICA DR DR PETRONIO RECEBEU ALTA HOSPITALAR. ENTREGUE RECEITA + ATESTADO + RETORNO. VALDERLANIA-1034093.


Técnico(a): MARIA VALDERLANIA NUNES VIANA
COREN:1034093-CE





Nome:

Francisco Felipe da Silva Jr.

Relatório Médico

O paciente acima identificado, foi atendido em 08-04-19, com fratura dos ossos da perna E. Submetido a tratamento conservador, com imobilização gessada.

Tem Alta definitiva neste dia, com a fratura consolidada. CID = 582.2

08/04/19

Dr. Narcizo Flores
Ortopedia e Traumatologia
CRM = 7304 / TEOT = 7331

08/04/19

Ao retorno favor trazer este receituário

Atendemos convênios e particulares

Av. Teodorico Teles, 99 - CEP: 63.100-160 - Crato - CE | Tel.: (88) 3523.2600

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por THOMAZ ANTONIO NOGUEIRA BARBOSA e Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, protocolado em 18/09/2019 às 13:24", sob o número 00050792/2019-08060076. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.jce.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 0005079-20.2019.8.06.0076 e código 51E2B3A.

CRM = 73041 TEOT = 7331
Ortopedia e Traumatologia
Dr. Narciso Flores

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Farias Brito

Vara Única da Comarca de Farias Brito

Rua Antonio Fernandes de Lima, 386, Centro - CEP 63185-000, Fone: (88) 3544-1285, Farias Brito-CE - E-mail: fariasbrito@tjce.jus.br

DESPACHO

Processo nº: **0005079-20.2019.8.06.0076**
Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**
Requerente: **Francisco Felipe da Silva Junior**
Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

1- Defiro a gratuidade;

2- Considerando a manifestação de vontade pela não realização da audiência de conciliação, bem como a provável necessidade de prova pericial para o julgamento do mérito, desde já, cite-se o réu para o oferecimento de contestação, no prazo de 15 (quinze) dias;

3- Caso, na peça de defesa, sejam levantadas preliminares ou apresentados documentos, intime-se o autor para réplica em igual prazo.

Farias Brito, 19 de setembro de 2019.

André Arruda Veras
Juiz



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Farias Brito

Vara Única da Comarca de Farias Brito

Rua Antonio Fernandes de Lima, 386, Centro - CEP 63185-000, Fone: (88) 3544-1285, Farias Brito-CE - E-mail: fariasbrito@tjce.jus.br

CARTA DE CITAÇÃO

Processo nº: **0005079-20.2019.8.06.0076**
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**
 Requerente: **Francisco Felipe da Silva Junior**
 Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

Prezado(a) Senhor(a) **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

A presente, extraída da ação em epígrafe, por determinação do **Dr. Andre Arruda Veras**, Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Farias Brito, tem como finalidade a **CITAÇÃO** de V.Sa. do conteúdo da petição, **podendo ser visualizada a partir do "OFÍCIO – SENHA DE PROCESSO" em anexo**, documento pessoal e intransferível, o qual permite **total acesso à tramitação processual**, sendo considerada vista pessoal, consoante dispõe o **§ 1º do art. 9º da Lei nº 11.419/2006**, para, querendo, contestar a presente sob pena de revelia e confissão, ficando advertida de que, não sendo contestada a ação, no prazo de **15 dias**, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte(s) autora(s), ficando ciente de que o mencionado prazo começará a fluir da juntada aos autos do aviso de recebimento.

Farias Brito/CE, 20 de setembro de 2019.

Antonio Ildevan de Moraes
Supervisor de Unidade Judiciár

Assinado Por Certificação Digital¹

Sr(a).
 Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT
 Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, Centro
 Rio De Janeiro-RJ
 CEP 20031-205

¹ De acordo com o Art. 1º da lei 11.419/2006: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica;

Art. 9º No processo eletrônico, todas as citações, intimações e notificações, inclusive da Fazenda Pública, serão feitas por meio eletrônico, na forma desta Lei.

§ 1º As citações, intimações, notificações e remessas que viabilizem o acesso à íntegra do processo correspondente serão consideradas vista pessoal do interessado para todos os efeitos legais.

Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.